

Formação Profissional:

Pós-graduação em Gestão da Segurança Municipal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Frequência de Pós-graduação em Contratação Pública, pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Programa de Direcção de Empresas, pela Escola de Direcção e Negócios da Associação de Estudos Superiores de Empresas.

Frequência de diversos cursos de formação, com vista ao aperfeiçoamento ou aquisição de novos conhecimentos, nomeadamente nas áreas de Gestão de Recursos Humanos, Procedimento e Modernização Administrativos, Direcção e Liderança, Contratação Pública, Fiscalização, Polícia Municipal e Informática na Óptica do Utilizador.

Percurso profissional:

De 9 de Abril de 1996 a 31 de Março de 1999, Técnico Superior — Jurista, na Câmara Municipal de Oeiras;

De 1 de Abril de 1999 a 24 de Maio de 2000, Assessor no Gabinete da Presidência, na Câmara Municipal de Oeiras;

De 25 de Maio de 2000 a 31 de Agosto de 2002, Chefe de Divisão de Viaturas e Máquinas, na Câmara Municipal de Oeiras, em Regime de Comissão de Serviço;

De 01 de Setembro de 2002 a 19 de Outubro de 2007, Chefe do Serviço de Polícia Municipal de Oeiras, na Câmara Municipal de Oeiras;

De 20 de Outubro de 2007 a 31 de Março de 2008, Técnico Superior Jurista, na Câmara Municipal de Oeiras;

De 01 de Abril de 2008 a 18 de Janeiro de 2011, Director de Departamento de Administração Geral, na Câmara Municipal de Mafra, em Regime de Comissão de Serviço;

De 19 de Janeiro de 2011 até à presente data, Director do Departamento de Recursos Humanos e Segurança, na Câmara Municipal de Mafra, em regime de substituição.

Departamento Jurídico

Nome: Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata
Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Formação Profissional:

Pós-graduação em Contencioso Administrativo, ministrada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Frequência de diversos cursos de formação, com vista ao aperfeiçoamento ou aquisição de novos conhecimentos, designadamente nas áreas de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, Instrumentos de Gestão Territorial, Procedimento Administrativo, Organização do Poder Local, Gestão de Recursos Humanos, Fiscalização e Controlo do Tribunal de Contas, Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade e Informática na Óptica do Utilizador.

Percurso profissional:

De Julho a Dezembro de 1999, Técnica Superior, Jurista, na Câmara Municipal da Marinha Grande;

De 03 de Janeiro de 2000 até 28 de Abril de 2003, técnica superior de 2.ª classe, Jurista, na Câmara Municipal de Mafra;

De 29 de Abril de 2003 até 13 de Julho de 2003, técnica superior de 1.ª classe, Jurista, na Câmara Municipal de Mafra;

De 14 de Julho de 2003 até 27 de Janeiro de 2009, Chefe de Divisão Administrativa de Obras e Loteamentos, na Câmara Municipal de Mafra, em Regime de Comissão de Serviço;

De 28 de Janeiro de 2009 até 18 de Janeiro de 2011, Directora do Departamento de Urbanismo, na Câmara Municipal de Mafra, em Regime de Comissão de Serviço;

De 19 de Janeiro de 2011 até à presente data, Directora de Departamento Jurídico, na Câmara Municipal de Mafra, em Regime de substituição.

Departamento de Obras e Urbanismo

Nome: João Guilherme Mota
Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade de Lisboa

Formação Profissional:

Frequência de diversos cursos de formação, com vista ao aperfeiçoamento ou aquisição de novos conhecimentos, designadamente nas áreas de Instrumentos de Gestão Territorial, Edificação e Urbanização, Técnicas de Engenharia, Infra-estruturas Municipais, Gestão de Recursos Humanos, Contratação Pública, Gestão da Qualidade e Informática na Óptica do Utilizador.

Percurso profissional:

De 8 de Outubro de 1980 a 30 de Junho de 1982, Técnico Superior 2.ª classe — Engenheiro Civil; na Câmara Municipal de Mafra;

De 1 de Julho de 1982 a 05 de Setembro de 1985, Técnico Superior 1.ª classe — Engenheiro Civil; na Câmara Municipal de Mafra;

De 06 de Setembro de 1985 a 27 de Outubro de 1989, Técnico Superior Principal Engenheiro Civil; na Câmara Municipal de Mafra;

De 23 de Dezembro de 1985 a 28 de Julho de 1988, Chefe de Divisão de Obras e Urbanismo, na Câmara Municipal de Mafra, em Regime de Comissão de Serviço;

De 29 de Julho de 1988 a 30 de Julho de 2003, Director de Departamento de Obras e Urbanismo, na Câmara Municipal de Mafra, em Regime de Comissão de Serviço;

De 28 de Outubro de 1989 a 26 de Outubro de 1992, Técnico Superior Assessor — Engenheiro Civil, na Câmara Municipal de Mafra;

Em 27 de Outubro de 1992, Técnico Superior Assessor — Engenheiro Civil, na Câmara Municipal de Mafra;

De 31 de Julho de 2003 a 28 de Dezembro de 2003, Director de Departamento de Obras e Urbanismo, na Câmara Municipal de Mafra, em Regime de Substituição;

De 29 de Dezembro de 2003 a 18 de Janeiro de 2011, Director de Departamento de Obras Municipais, na Câmara Municipal de Mafra, em Regime de Comissão de Serviço;

De 19 de Janeiro de 2011 até à presente data, Director de Departamento de Obras e Urbanismo, na Câmara Municipal de Mafra, em Regime de Substituição.

304696951

MUNICÍPIO DE MARVÃO**Aviso n.º 11570/2011**

Eng. Vítor Manuel Martins Frutuoso, Presidente da Câmara Municipal de Marvão:

Torna público que, no uso da competência referida na alínea a) n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 29 de Abril do corrente ano, aprovou o Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária realizada no dia 6 de Abril de 2011, que entrará em vigor 10 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República* 2.ª série.

12 de Maio de 2011. — O Presidente da Câmara, Eng. Vítor Manuel Martins Frutuoso.

304680459

Aviso n.º 11571/2011**Renovação da Comissão de Serviço Dirigente Intermédio de 2.º Grau**

Torna-se público que por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 11 de Fevereiro de 2011, e no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi renovado pelo período de três anos, nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004 de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, a comissão de serviço do Chefe Divisão de Obras Ambiente e Qualidade de Vida, Eng.ª Maria Soledade Almeida Pires, com efeitos a partir de 19 de Julho de 2011.

13 de Maio de 2011. — O Presidente da Câmara, Eng. Vítor Manuel Martins Frutuoso.

304681828

7 — É interdita a utilização de lajes nas empenas.

8 — Nos revestimentos de vãos, socos e pilares só são permitidos os seguintes materiais:

a) Argamassa pintada numa das cores tradicionais, ocre, amarelo, azul e cinzento.

b) Granito ou calcário em ombreiras, molduras e rodapés, desde que de forma regular e com acabamento a pontado ou bojardado fino.

9 — O assentamento de portas e caixilharias deverá verificar-se prioritariamente em madeira. Quando utilizados outros materiais não serão aceites acabamentos metálicos aparentes e ou brilhantes.

10 — Na aplicação de estores estes deverão respeitar a unidade arquitectónica dos imóveis e ser de cor uniforme, com acabamentos não metalizados.

11 — Nas edificações utilizadas/a utilizar em actividade comercial quaisquer obras a realizar não poderão alterar o carácter arquitectónico das mesmas.

12 — Os receptáculos postais domiciliários deverão ser colocados por forma, a que a distribuição postal se faça pelo exterior dos edifícios e deverão cumprir as determinações do regulamento dos receptáculos postais — Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de Abril e demais legislação aplicável. A sua localização deverá ser estudada de forma a inserir-se harmoniosamente nos alçados e de acordo com o regulamento atrás referido.

CAPÍTULO XI

Obrigações dos proprietários dos prédios

Artigo 58.º

Vedações confinantes com a via pública

Os donos dos prédios ou lotes confinantes com a via pública são obrigados a vedá-los ou reparar as vedações no prazo de 30 dias, desde que notificados nesse sentido. São igualmente obrigados a manter as vedações em bom estado de conservação.

Artigo 59.º

Vedações a construir

1 — Quando situadas em zonas urbanas ou urbanizadas devem obedecer ao projecto.

2 — Caso este não exista devem ser construídas em alvenaria de pedra à vista, ou em alvenaria caiada ou pintada a branco, podendo ter soco ou rodapé nas cores tradicionais, com o alinhamento e altura que forem indicados pelos serviços municipais, mas nunca podendo ultrapassar 1,2 metros.

3 — Quando situadas em zonas rurais ser em sebe vegetal, arame ou em muro de alvenaria de pedra à vista, ou em alvenaria caiada ou pintada a branco, podendo ter soco ou rodapé nas cores tradicionais e com altura não superior a 1,2 metros.

Artigo 60.º

Penalidades

A falta de cumprimento da notificação municipal referida no artigo 58.º é punida com coima, podendo a câmara municipal para além disso:

a) Substituir-se ao proprietário, a suas expensas na conservação ou reparação da vedação.

b) Notificar novamente o proprietário, seguindo-se nova coima em caso de incumprimento e considerado este como reincidente.

Artigo 61.º

Alteração de vedação pela câmara municipal

Em casos especiais, com o fim de melhorar o equilíbrio arquitectónico ou paisagístico ou a visibilidade para a circulação automóvel, poderá a câmara municipal mandar proceder ou proceder a alteração das vedações existentes, sendo o custo das obras da sua responsabilidade.

Artigo 62.º

Conservação dos prédios

É obrigação dos proprietários ou usufrutuários de toda e qualquer edificação:

a) Mantê-la em bom estado de conservação, devendo proceder às reparações e beneficiações necessárias, pelo menos uma vez em cada período de 8 anos.

b) Proceder as benfeitorias necessárias, sempre que para o efeito notificado pela câmara municipal.

c) Mandar reparar, calar, pintar ou lavar as fachadas ou paramentos exteriores dos prédios, os telhados ou coberturas dos edifícios, sejam ou não visíveis da via pública, e bem assim avivar os números de polícia, sempre que a câmara municipal, após vistoria, o julgue conveniente e necessário, sem prejuízo das obrigações decorrentes de outras disposições legais ou regulamentares.

d) Proceder à reparação, nos termos definidos na alínea anterior, das canalizações de esgotos e de águas pluviais, tanto interiores como exteriores, as escadas de passagem ou de serventia, os revestimentos e os motivos de ornamentação.

e) Proceder à lavagem e reparação das cantarias, pintar as portas e os caixilhos, bem como as persianas e gradeamentos, deitem ou não para a via pública, procedendo na generalidade a todas as reparações e beneficiações interiores e exteriores, remediando as deficiências do uso normal da construção, de modo a mantê-la em boas condições de utilização, sob todos os aspectos.

f) Proceder à demolição das construções que ameacem ruína ou perigo para a saúde pública, desde que notificado pela câmara municipal, e proceder de imediato à sua reconstrução se, devido à demolição, se verificarem situações de ruína de prédios vizinhos ou de perigo para a saúde pública.

g) As disposições constantes das alíneas c), d) e) e f) deste artigo, na parte aplicável, impendem igualmente sobre pavilhões, quiosques ou quaisquer outras construções semelhantes instaladas na via pública.

Artigo 63.º

Dever de conservação

1 — Sem prejuízo do disposto na alínea a) do artigo anterior, a câmara municipal pode, a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução das obras de conservação necessárias à correcção das más condições de segurança ou salubridade.

2 — A câmara municipal pode, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas.

3 — Os actos referidos no número anterior são eficazes a partir da sua notificação ao proprietário.

Artigo 64.º

Vistoria prévia

1 — As deliberações referidas nos números 1. e 2. do artigo anterior são precedidas de vistoria a realizar por três peritos nomeados pela câmara municipal.

2 — Do acto que determinar a realização de vistoria e respectivos fundamentos é notificado o proprietário do imóvel, mediante carta registada expedida, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência.

3 — Até à véspera do dia marcado para a vistoria o proprietário pode indicar um perito para nela intervir e formular quesitos a que deverão responder os peritos nomeados pela câmara.

4 — Da vistoria é imediatamente lavrado auto, do qual além da identificação dos autores da vistoria, do despacho que a ordenou e da identificação do imóvel deverá obrigatoriamente constar pormenorizadamente descrito o estado da construção, as obras preconizadas, a eventual necessidade de desocupação do imóvel e as respostas aos quesitos que sejam formuladas pelo preito designado pelo proprietário.

5 — O auto referido no número anterior é assinado por todos os peritos que intervieram na vistoria e, se algum deles não quiser ou não puder assinar, será feita menção desse facto.

6 — Quando o proprietário não indicar perito até à data referida no número três anterior, a vistoria pode realizar-se sem a presença este, sem prejuízo de, em eventual impugnação administrativa ou contenciosa da deliberação em causa, o proprietário poder alegar factos não constantes do auto de vistoria, quando demonstre que não foi regularmente notificado nos termos do número dois deste artigo.

7 — As formalidades previstas neste artigo podem ser preteridas quando exista risco iminente de desmoronamento ou grave perigo para a saúde pública, nos termos previstos na lei para o estado de necessidade, reconhecimento este que deverá constar expressamente do acto administrativo que determinar a vistoria.

Artigo 65.º

Obras coercivas

1 — Quando o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 63.º deste regulamento, ou não as concluir